

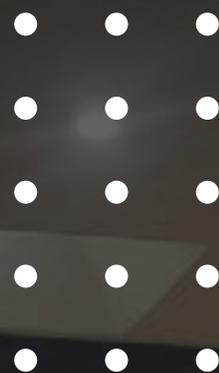
SINDILEX



Fique por
entro

25 de junho de 2024 | nº 88

Defesa da PEC 06: Sindilex e Entidades Unem Forças pela Desoneração Previdenciária



VEJA NESTA EDIÇÃO

- 18 anos de fundação do Sindilex
- Centrais Sindicais Lançam "Pauta da Classe Trabalhadora: Prioridades 2024"
- STF já tem maioria para derrubar confisco da Previdência

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

10 de junho

Reunião da Comissão Paritária

A reunião mensal da Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente (CPMNP) foi realizada de forma online e contou com a participação de representantes do Sindilex, bem como das administrações da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas. O encontro teve como foco a discussão de diversos itens, entre os quais: o teto remuneratório, a PEC do teto dos municípios, a Licença Lei 18.100 (Quinquenal) e a questão dos admitidos pela Lei 9.160.

Reunião de Diretoria

A reunião mensal da Diretoria foi realizada sob a coordenação do presidente, Daniel Santos. Promovida de forma online, o encontro teve como foco, entre outras, as seguintes questões: PLP 21/2023 - Campanha Descongela Já; teto remuneratório, inclusive a PEC do teto dos Municípios; Licença Lei 18.100 (Quinquenal); e a questão dos admitidos pela Lei 9.160.

12 de junho

Plantão no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Marcos Alcyr, estiveram presentes no Tribunal de Contas, onde conversaram com autoridades e dialogaram com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria. O presidente também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal.

Reunião da Pública Central dos Servidores

O presidente, Daniel Santos, e os vice-presidentes, Miguel Lima e Marcos Alcyr, além da diretora de Comunicação, Sônia Alves, participaram da reunião da Diretoria da Pública, onde debateram os seguintes pontos de pauta (pauta resumida):

- 1) Informes sobre encontros com Arthur Lira, Rodrigo Pacheco e Geraldo Alckmin;
- 2) Instituto PÚBLICA e Coordenadorias;
- 3) III Congresso da PÚBLICA;
- 4) Curso de formação de lideranças Pública/Sindilex.

Reunião com Departamento Médico da Câmara e do TCM

Articulado pelo Sindilex, o encontro reuniu os departamentos médicos da Câmara e do TCM. Houve troca de experiências, especialmente quanto ao Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). Representando o Sindilex estavam o presidente, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima. Representando os departamentos médicos estavam Manoel Nascimento de Santana e Dr. Edson Azevedo Simões pelo TCM, e Dr. João Aquino Filho pela Câmara.



Encontro pela PEC 06

O presidente do Sindilex participou do evento “Encontro pela PEC 06”, organizado pela Pública Central do Servidor e pelo MOSAP - Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, que foi sediado na Afresp - Associação dos Fiscais de Renda do Estado de São Paulo.

O encontro visou à mobilização de servidores em apoio ao apensamento da PEC 06 à PEC 555, que já tramitou em todas as comissões designadas. A Proposta de Emenda Constitucional 06/2024 (PEC 06) trata da desoneração gradativa da contribuição previdenciária dos servidores aposentados, na razão de 1/10 ao ano, a partir dos 66 anos, isentando totalmente a partir dos 75 anos. Além disso, a PEC inclui a isenção da contribuição previdenciária para aposentados por incapacidade permanente para o trabalho, ou pessoas com doenças incapacitantes a partir dos 65 anos e para maiores de 75 anos.

O encontro reuniu parlamentares, entidades e servidores em defesa da PEC 06/2024.



19 de junho

Plantão no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e dialogou com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria e outros temas de interesse do sindicato. Daniel também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal.

20 de junho

Reunião da Pública Central dos Servidores

O presidente, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, participaram da reunião da Diretoria da Pública, onde debateram os seguintes pontos de pauta (pauta resumida):

- 1) III Congresso Extraordinário da PÚBLICA: "O papel da Pública na organização institucional e política dos servidores públicos brasileiros";
- 2) Avaliação do Encontro em São Paulo da PÚBLICA e MOSAP em defesa da PEC 06/24;
- 3) Curso de liderança PÚBLICA/SINDILEX;
- 4) Outros informes.

21 de junho

Reunião na Conacate

O presidente Daniel Santos e o vice-presidente Miguel Lima participaram da reunião online da reunião da Conacate (Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado) que debateu “a precarização e terceirização das estruturas de Estado”.

Reunião do MovE - Movimento Eficiência

O presidente, Daniel Santos, participou da reunião online do MovE - Movimento Eficiência. Esse movimento representa uma articulação em defesa do Estado e dos serviços públicos, composto por uma rede de entidades, especialmente de servidores públicos federais, estaduais e municipais, que trabalha pelo fortalecimento da imagem dos serviços públicos junto à sociedade.

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO SINDILEX



18 anos

No dia 20 de junho, celebramos com muita satisfação os 18 anos de fundação do Sindilex! Desde 2006, o sindicato tem sido uma voz forte e atuante na defesa dos direitos dos servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Nossa trajetória é marcada por inúmeras vitórias que melhoraram a vida dos nossos sindicalizados e fortaleceram nossa categoria.

Agradecemos a todos que caminham conosco nesta jornada. Continuaremos a lutar por um serviço público de qualidade, valorizando cada servidor e suas contribuições para a sociedade.

Parabéns, Sindilex, por 18 anos de dedicação e conquistas!

Vamos juntos rumo a novos desafios e conquistas!



DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

PROJETO DO “DESCONGELA JÁ”: PRESSIONE OS DEPUTADOS

O projeto (PLP 21/2023) – Descongela Já, de autoria da Deputada Federal Luciene Cavalcante (PSOL), propõe o descongelamento do tempo de serviço paralisado pela Lei Complementar 173/20, liberando a contagem de tempo para efeito de quinquênios, sexta-partes e licença-prêmio. Além disso, o PLP 21 autoriza os entes federados a pagarem os valores retroativos de anuênios, triênios, quinquênios e sexta-parte.

No dia 27 de maio, na Câmara Municipal, foi realizada a Audiência Pública sobre a matéria, em conjunto com a Câmara Federal. Nesse momento, a Deputada Luciene apresentou uma plataforma para pressionar os deputados federais a pautarem e votarem favoravelmente no projeto.

Basta um clique em cada deputado e enviar a mensagem para ajudar na pressão.

DESCONGELA JÁ



Campanha de Solidariedade à População do Rio Grande do Sul

O Sindilex continua sua campanha de solidariedade à população do Rio Grande do Sul para oferecer suporte contínuo às vítimas das fortes chuvas, garantindo que recebam a ajuda necessária durante esse período difícil.

DOAÇÕES MATERIAIS

Em qualquer Agência dos Correios de SP, PR e RS

CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS



- PIX – CNPJ: **23.301.422/0001-00** (CEAPE SINDICATO)
- Banco: **748** – SICREDI
- Ag: **0105** – *Cc: **0000000002844**

SINDICALISMO PELO BRASIL



Centrais Sindicais lançam a “Pauta da Classe Trabalhadora Prioridades 2024”



PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA

EMPREGO, DIREITOS, DEMOCRACIA E VIDA

PRIORIDADES PARA 2024

Brasília, 22 de maio de 2024

Em 2022 as Centrais Sindicais lançaram a **PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA**, documento no qual apresentaram 63 diretrizes para o desenvolvimento brasileiro a partir da perspectiva do mundo do trabalho.

A Pauta é fruto dos debates feitos nas bases de cada Central Sindical e consolidados nos documentos dos respectivos Congressos. A diversidade de propostas e posicionamentos foram reunidos em um documento base, que foi debatido em cada Central Sindical. As propostas recebidas foram novamente consolidadas e lançadas na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em abril de 2022

Desde 2023 até o presente muitas propostas apresentadas na Pauta da Classe Trabalhadora foram encaminhadas pelo Governo Federal como, por exemplo: a retomada da política de valorização do salário mínimo; a política de igualdade salarial entre mulheres e homens nos locais de trabalho; a retomada ampliada do Bolsa Família; a recuperação dos espaços de participação institucional; a política de combate à fome e à pobreza; a correção da tabela de imposto de renda; o projeto elaborado na Mesa Nacional de Negociação que trata da regulação da proteção dos trabalhadores mediados por aplicativos; o grupo

de trabalho para tratar da valorização da negociação coletiva e da atualização do sistema sindical e a regulamentação do direito de negociação dos servidores públicos, entre outros.

Essa é uma Pauta coletiva e a nossa referência para as lutas, mobilizações, negociações e atuações institucionais em nível nacional, regional e setorial.

Atualizamos na Plenária Nacional 2024 organizada pelas Centrais Sindicais, realizada em Brasília no dia 22 de maio, a **Pauta da Classe Trabalhadora** com as **prioridades para a atuação sindical no ano 2024**.

PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA PRIORIDADES 2024

1. Atuar no enfretamento e superação da tragédia climática e ambiental ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul, implementando as propostas apresentadas pelas Centrais Sindicais que estão reunidas no documento “Enfrentamento da mudança climática e da emergência ambiental, perspectiva do trabalho, do emprego, da renda e dos direitos: respostas emergenciais e transformações estruturais a partir da tragédia do Rio Grande do Sul”.

2. Encaminhar junto aos governos e órgãos competentes, com a participação das representações setoriais das entidades de base das Centrais Sindicais, as reivindicações e propostas das categorias dos diversos setores econômicos, privados e públicos.

3. Atuar para a implementação das políticas de desenvolvimento produtivo, criando e fortalecendo os instrumentos do Estado brasileiro para atuar como agente promotor do desenvolvimento econômico e socioambiental sustentáveis, com destaque para o papel estratégico dos bancos, empresas e serviços públicos, atendendo as características de diversidades dos territórios para o desenvolvimento local e regional.

4. Fortalecer as políticas de desenvolvimento para as micro, pequenas e médias empresas, a economia solidária e popular e as cooperativas, com destaque ao apoio tecnológico, crédito, assistência técnica e administrativa.

5. Ampliar os investimentos em pesquisa, inovação, ciência e tecnologia, articulados com a geração de empregos de qualidade e regulamentar o art.

7º, inc. XXVII, da Constituição, que prevê a **proteção dos trabalhadores frente a inovações tecnológicas**.

6. Atuar para a implementação do **Plano Nacional da Educação**.

7. Fortalecer o **SUS** (Sistema Único de Saúde) e as políticas de **saúde e segurança** no trabalho.

8. Aprovar a **reforma tributária que trata da renda**, orientada pela progressividade dos impostos sobre renda e patrimônio, aumento da tributação sobre grandes heranças e riquezas, lucros e dividendos.

9. Fortalecer a política de **moradia popular** e de implementação do Plano Nacional de **Saneamento Básico**.

10. Combater todas as formas de **desigualdades** e apoiar as políticas de enfrentamento e superação dessas iniquidades.

Trabalho, Emprego e Renda

11. Ampliar as **políticas ativas de geração de trabalho e renda** para enfrentar o desemprego, o subemprego, a rotatividade e a informalidade, orientadas pelos princípios do Trabalho Decente, conforme definição da OIT, com atenção especial para **mulheres, população negra, juventude, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência**.

12. **Recuperar direitos** trabalhistas, previdenciários e sociais retirados nos últimos anos.

13. Reduzir a **jornada de trabalho**, sem redução de salário e com controle das horas extras, eliminando as formas precarizantes de flexibilização da jornada.

14. Aprovar o **Projeto de Valorização da Negociação Coletiva no setor privado e público (Convenção 151 OIT) e de Atualização do Sistema Sindical**, fundado na autonomia sindical, visando a incentivar as negociações coletivas e a regulando para o setor publico, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, assegurar o direito à greve e coibir as práticas antissindicais, favorecendo a reestruturação da organização sindical para ampliar a representatividade e a organização em todos os níveis, estimulando a cooperação sindical entre os trabalhadores e o respeito às assembleias, inclusive com o financiamento solidário e democrático da estrutura sindical.

15. Aprovar o **Projeto PLC 12/2024** que regulamenta os direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais dos trabalhadores mediados por plataformas no transporte de pessoas.

16. Implementar, por meio da negociação coletiva, nos acordos e convenções coletivas a Lei de Igualdade Salarial (Lei14.661/2023) entre mulheres e homens nos locais de trabalho.

17. Fortalecer o **Ministério do Trabalho e Emprego** como coordenador do **sistema público de trabalho, emprego e renda** para garantir formação e qualificação profissional; intermediação pública de mão de obra; seguro-desemprego; política de transição escola trabalho para jovens; combate aos acidentes e doenças do trabalho; proteção e fiscalização das relações de trabalho, assegurando a aplicação dos direitos trabalhistas e previdenciários; combate às fraudes no uso de PJs (Pessoas Jurídicas) e MEIs (Microempreendedor Individual); e combate vigoroso ao trabalho infantil e ao trabalho análogo ao escravo.

18. Recuperar o poder de compra de **aposentados e pensionistas**.

19. Instituir a **Política Nacional de Cuidados**.

20. Fortalecer o **FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador** como financiador das políticas públicas de emprego, trabalho e renda e de lastro para o BNDES, eliminando as transferências deste Fundo para o financiamento da previdência social e fortalecer o **FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, na proteção do trabalhador e no financiamento de políticas de moradia, saneamento e infraestrutura social.

Central Única dos Trabalhadores

Força Sindical

União Geral dos Trabalhadores

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Nova Central Sindical de Trabalhadores

Central dos Sindicatos Brasileiros

Intersindical Central da Classe Trabalhadora

Publica Central do Servidor

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



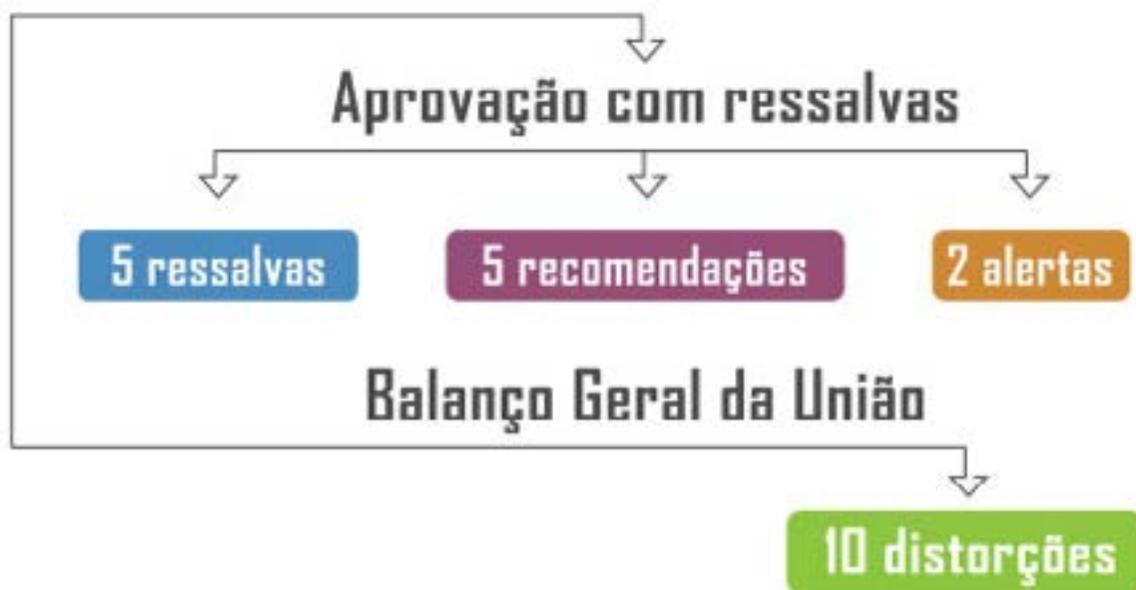
TCU aprova com ressalvas as contas do presidente da República de 2023

Na quarta-feira (12/06), o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, com ressalvas as contas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, relativas ao exercício de 2023. Os ministros acompanharam por unanimidade a proposta do relator, ministro Vital do Rêgo. As contas incluem o Balanço Geral da União e o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos. O parecer prévio do TCU auxilia o julgamento das contas, de responsabilidade do Congresso Nacional.

Em relação ao orçamento, a conclusão foi que os **princípios constitucionais e legais foram observados**, exceto pelas ressalvas apontadas no relatório. Também foram respeitadas as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos da União e nas demais operações realizadas com recursos públicos federais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual.

Já em relação ao Balanço Geral da União, o TCU apontou 10 distorções. Assim, o parecer prévio traz **cinco recomendações e dois alertas** ao Poder Executivo Federal. Ao todo, o TCU apontou **cinco ressalvas**, sendo uma irregularidade e quatro impropriedades na execução dos orçamentos e na gestão dos recursos públicos federais, além das 10 distorções no Balanço Geral da União.

Parecer Prévio



[Leia mais clicando aqui](#)



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Escolhemos publicar o resultado do julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a Previdência em vez de matérias do Legislativo, pois é de nosso total interesse

STF já tem maioria para derrubar confisco da Previdência

Gilmar Mendes pediu vistas do processo o que adiou a finalização das votações

Por 7 votos a 3, o STF forma maioria para derrubar alguns pontos da Reforma da Previdência, como por exemplo, a contribuição extraordinária e o desconto de aposentados abaixo do teto do INSS, ou seja R\$ 7,7 mil.

O julgamento ocorreu na quarta-feira (19/06) e foi composto pelo julgamento de 12 ADIs - ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam diversos pontos da reforma da Previdência de 2019, projeto apresentado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). Os ministros e ministras formaram maioria para derrubar alguns pontos da reforma; a progressividade da alíquota tem sua votação empatada até o momento. Faltando apenas o seu voto para ser apresentado, o ministro Gilmar Mendes pediu vistas. Embora haja algumas definições numéricas, todos os votos ainda podem ser modificados até a conclusão do julgamento.

De qualquer forma, podemos considerar uma vitória importante essa da formação de maioria contra o confisco dos salários dos aposentados que são obrigados a pagar 14% sobre o que excede o salário mínimo.

O desconto previdenciário acima do teto do INSS é uma justa demanda que trata com isonomia o serviço público com o trabalhador do regime de CLT.



ACD reforça a campanha VETA LULA contra o projeto da Securitização

A Câmara dos Deputados aprovou, na calada da noite do dia 4 de junho de 2024, o PLP (Projeto de Lei Complementar) 459/2017, que trata da chamada “securitização de créditos públicos”, mediante a qual grande parte das receitas estatais (da União, estados, municípios e DF) não chegará aos cofres públicos, pois será desviada durante o seu percurso pela rede bancária, para o pagamento de dívida ilegal gerada por esse esquema.

O PLP 459/2017 tem sido defendido sob a falsa justificativa de que iria ajudar a União, estados, municípios e Distrito Federal. Porém, na verdade, o que tem acontecido é o desvio de bilhões de reais dos cofres públicos, pagos por nós contribuintes, causando o aumento da dívida pública, sem gerar nenhum tipo de contrapartida em investimentos sociais.

Por isso, a Auditoria lançou a campanha VETA LULA, para que o presidente Lula vete essa escandalosa legalização de um esquema fraudulento.



TEXTOS CRÍTICOS



Imagem meramente ilustrativa: Freepik

Projeto que equipara aborto a homicídio é um acinte

Por Sônia Alves

Como diz o Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, o chamado PL do estuprador materializa “o ódio que parte da sociedade sente em relação às mulheres”.

O Congresso Nacional esteve prestes a votar a urgência de votação do projeto de lei (PL) 1.904/24, que equipara o aborto a homicídio. A proposta equipara o aborto realizado acima de 22 semanas de gestação ao crime de homicídio, inclusive nos casos de gravidez decorrentes de estupro. A medida aumenta de 10 para 20 anos a pena máxima para quem realizar o procedimento.

Aprovar a urgência de um projeto é dar a ele carta branca para seguir à pauta

do Plenário sem passar por nenhuma Comissão. Para além de burlar os trâmites legais de um projeto, o plano era impedir o debate com a população que só as Comissões podem proporcionar.

O plano inicial só não se concretizou por conta de uma forte reação da sociedade. Para mulheres que ocuparam a Av. Paulista numa grande manifestação, a proposta revitimiza as crianças e mulheres que já sofreram tanto com tal violência.

Esse projeto é um tapa na cara da sociedade e mostra que os apoiadores desse descalabro não conhecem a realidade das meninas entre 10 a 14 anos que formam a maioria (67%) dos 69.418 estupros ocorridos no Brasil de 2015 a 2019.

Isso é o que destaca o estudo “Sem deixar ninguém para trás - gravidez, maternidade e violência sexual na adolescência”, do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz Bahia (Fiocruz). Também assinam a pesquisa o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

De acordo com os estudos, ainda, no item perfil das vítimas, constata-se que a maior parte das meninas que sofrem esse abuso são pardas (54,75%), seguidas pelas brancas (34,3%), negras (9,43%) e finalmente as indígenas (1,2%).

Outro dado importante do estudo diz respeito à relação da vítima com os agressores. De acordo com a pesquisa, 62,41% dos autores do crime eram conhecidos das vítimas, contra apenas 17,22% de desconhecidos. Grande parte dos conhecidos ou são pais, padrastos, tios e até avós das vítimas, uma realidade já bastante cruel.

Para o Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, o projeto é uma imoralidade, uma inversão dos valores civilizatórios mais básicos.

“É difícil acreditar que sociedade brasileira, com os inúmeros problemas que tem, está neste momento discutindo se uma mulher estuprada e um estupro têm o mesmo valor para o direito. Ou pior: se um estupro pode ser considerado menos criminoso que uma mulher estuprada. Isso é um descalabro”, disse o Ministro.

O ministro afirmou, ainda, que o projeto é vergonhosamente inconstitucional, pois fere o princípio da dignidade da pessoa humana e submete mulheres violentadas a uma indignidade inaceitável, a tratamento discriminatório, o que não é permitido por nenhum parâmetro normativo nacional, ou internacional a que o Brasil tenha aderido.

Esse projeto empurra a sociedade brasileira para um abismo de violência, de indiferença, de violação institucional dos direitos humanos de meninas e mulheres. Que mulher vítima de violência sexual irá buscar apoio do Estado sabendo que pode ser mais penalizada do que quem a violentou? Que mulher irá confiar no sistema de justiça brasileiro quando for estuprada? Este PL acelera a falência moral e jurídica do Estado, afirma Silvio Almeida.

Fonte: Agência Brasil

Fonte da Entrevista com o Ministro Silvio Almeida: [clique aqui](#)

Nota: os textos assinados não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

[Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP](#)

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

Decisão Judicial Favorável na Ação de Migração do Sampaprev



É com satisfação que informamos o trânsito em julgado da ação nº 1003290-46.2020.8.26.0053, promovida pelo Sindilex, relativa à migração para o Regime de Previdência Complementar (RPC). A ação visa ajustar as contribuições e garantir os direitos previdenciários dos nossos sindicalizados.

PRINCIPAIS PONTOS

Execução de Sentença: Os advogados do Sindilex já iniciaram as ações legais para que o IPREM apresente os cálculos das diferenças de contribuições desde dezembro de 2018, facilitando o recebimento de valores atrasados via precatórios para aqueles que já migraram.

Assessoria Financeira: O Sindilex disponibilizará consultoria para os cálculos previdenciários, auxiliando na decisão de migração.

Servidores que já migraram: Enviar os holerites de dezembro/2018 até o mês de sua migração.

Servidores que ainda não migraram: Enviar os holerites de dezembro/2018 a abril de 2024, incluindo os de folha suplementar.

Para obter mais informações detalhadas sobre a decisão e os próximos passos, entre em contato com o Sindilex.

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais